

Movimentos Sociais, Reivindicação Coletiva e Planejamento Urbano: o caso dos equipamentos sociais na poligonal 1 de Vitória

AGNES LEITE THOMPSON DANTAS FERREIRA*

Introdução

Atualmente, observa-se no Brasil uma ampla atuação dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, instituições filantrópicas, entre outros na problematização do papel exercido por essas entidades no processo de busca da democracia, justiça social, liberdade e, sobretudo, autonomia de grupos e comunidades que com elas se relacionam.

Nessa discussão, ressalta-se que, entre seus limites, alcances e desafios está a possibilidade e a potencialidade de se utilizar os espaços urbano e social como formas de afirmação desses grupos, ajudando-os no processo de construção e reconstrução de sua memória e de sua identidade. Essas formas de construção e reconstrução são valores que auxiliam as práticas e reivindicações nos processos urbanos, facilitando reivindicações coletivas frente aos processos de urbanização e planejamento da cidade.

Dessa forma, neste estudo é apresentada uma pequena porção do município de Vitória (ES), denominada administrativamente como poligonal 1. A denominação por poligonais refere-se a regiões administrativas organizadas pelo Programa Terra Mais Igual, da Prefeitura Municipal de Vitória (ES) para delimitar áreas de concentração de pobreza, totalizando 15 poligonais em todo o município. No caso particular da poligonal 1, esta se autodenomina Território do Bem pelas oito comunidades que dela fazem parte: Bairro da Penha, Bonfim, Consolação, Engenharia, Jaburu (essas últimas três formando a Gurigica), Floresta, Itararé e São Benedito, estando localizadas na porção central da ilha de Vitória, e construídos nas encostas do Morro da Gurigica e do Morro do Jaburu, sendo circundados por importantes avenidas da cidade: Avenida Leitão da Silva, Avenida Vitória, Avenida Marechal Campos e Avenida Maruípe. Possui cerca de 31 mil habitantes, o que corresponde a cerca de quase 10% da população de Vitória.

* Universidade Federal do Espírito Santo – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela CAPES.

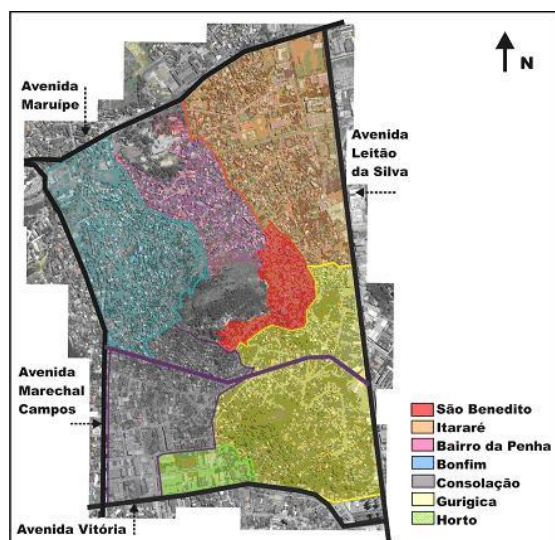


Figura 1: Localização dos bairros da Poligonal 1 no município de Vitória.
 Fonte: PROEZA, 2010.

A autodenominação remete a uma necessidade por parte dos moradores de retirar a visão negativa de favela, do morro, da falta de segurança na tentativa de mostrar e tornar para eles mesmos uma realidade a empreitada de sua transformação social, política, econômica, ideológica.

Nesse sentido, no Território do Bem, as comunidades já possuem um grande grau de articulação, algumas mais, outras menos, facilitado por instrumentos de planejamento estratégico – o Plano Bem Maior – e de fórum – Fórum Bem Maior –, com especial envolvimento no movimento popular de moradia.

Sobre o planejamento estratégico utilizado pelos moradores, vale dizer que tem em vista as potencialidades da poligonal, sendo, portanto, diferente daquele planejamento estratégico de cunho mercadológico, importado dos planejadores espanhóis, baseado em *city marketing*.

O fórum busca empreender ações coletivas que assegurem maior força de negociação, reivindicação e debate político, observando-se o exercício de cidadania, inclusive com participações no Conselho Popular de Vitória, audiências públicas, orçamentos participativos; ou seja, o fórum promove a organização e participação de seus moradores com plena sapiência da complexidade política a que estão arraigados.

Vale dizer que se os impactos provocados pelas ações do Fórum ainda não se fazem tão visíveis, mas ainda sim sugerem que a construção da cidadania se faz de forma cotidiana, entre idas e vindas, expansões e retrocessos.

O Fórum Bem Maior é um espaço aberto de agregação e produção de conhecimentos múltiplos, debate de interesses e articulação de soluções comuns às oito comunidades no enfrentamento da desigualdade social, da segregação espacial, comprometido com a busca da melhoria da qualidade de vida e com a participação cidadã de seus moradores.

Nesse ponto de vista, o Fórum, junto com a organização não-governamental Ateliê de Idéias e consultores da Universidade Federal do Espírito Santo elaboraram um plano estratégico para o Território com perspectiva de abordagens em cinco dimensões: cultural, social, política, ambiental e econômica, com objetivos relacionados à elevação da escolaridade, ampliação da participação das comunidades no fórum, formação de lideranças, articulação de iniciativas de geração de trabalho e renda, responsabilidade socioambiental, divulgação da multiculturalidade e diversidade no Território do Bem, entre outros.

O Plano Bem Maior do Território do Bem é um exemplo de contribuição de propostas de planejamento, dentro do que Souza e Rodrigues (2004) chamam de contraplanejamento, isto é, uma alternativa ao planejamento oficial, denotando suas intenções em serem agentes modeladores do espaço urbano.

Nessa perspectiva, este estudo se interessa por equipamentos sociais presentes no Território do Bem que favoreçam, por meio de estratégias de apropriação do espaço, a construção da memória e da identidade dessa coletividade, para, por fim, se afirmarem e produzirem o espaço urbano. Os equipamentos podem ser espaços abertos, como ruas, praças, parques; espaços fechados, como escolas, igrejas, bibliotecas, além de espaços representativos, como instituições filantrópicas, ONGs, equipamentos da prefeitura municipal, ou a casa de algum morador.

Assim, o trabalho apresenta os movimentos sociais presentes no Território do Bem como modeladores do espaço urbano.

Planejamento urbano: entre modeladores e equipamentos do espaço urbano

A discussão sobre quem planeja o território envolve, obviamente, várias questões. Diversos atores sociais, estratégias e campos de debate e embate. Entretanto, não se pode esquecer que o planejamento é um processo, como coloca Nuno Portas (2003), o que permite entender como se pode e se deve intervir frente aos processos cotidianos de construção da cidade, incluindo as

tomadas de decisões e a participação da população tanto no processo como no seu produto – o plano –, resgatando expressões do autor.

O fato da modalidade predominante de planejamento ser o de resultados (essa situação começa a mudar em determinados locais, mas também mostra sua voracidade em cidades como o Rio de Janeiro e um pouco menos em Vitória, por exemplo), subordinado às tendências de mercado, implica no afastamento do ideário do planejamento urbano como aquele que prima pela qualidade de vida e justiça social.

Assim, as palavras de Antonio Font (2003) são de extrema importância quando afirma que:

Parece conveniente comenzar por considerar las dificultades reales¹ de la práctica del planeamiento en la actualidad si estamos convencidos de que, con todo, sigue siendo un instrumento imprescindible para el gobierno y control democráticos de las transformaciones territoriales, tanto de nueva ocupación como de transformación interna de los asentamientos (FONT, 2003:208).

Dentre as dificuldades reais encontra-se a própria gestão dos canais de participação no processo, tendo em vista que o planejamento urbano e o urbanismo configuram uma ação pública.

Nesse sentido, os ativismos sociais transformam-se também em protagonistas da produção do espaço urbano, tendo o dever de dizer sobre propostas e soluções para a cidade, não sendo apenas críticos daquilo que não lhes agrada (SOUZA; RODRIGUES, 2004). Devem preparar estratégias e planejamentos alternativos.

Para tanto, é necessário que a sociedade civil se organize de forma autônoma e independente do Estado a fim de criar e realizar ações, estabelecer parcerias que fortalecem esse tipo de atividade; elaborar e propor projetos, atividades e políticas públicas; além de assegurar que o Estado cumpra as leis. Encontra-se aí a importância de se ter equipamentos e espaços que funcionem como canais de participação e de mobilização para esses grupos.

Marcelo Lopes de Souza e Glauco Bruce Rodrigues dizem que:

¹ Font (2003) considera como dificuldades reais da prática do planejamento urbano problemas de ordem epistemológica, relativos ao grau de adequação do estado de conhecimento técnico-científico dos problemas existentes, de ordem da legitimação social do planejamento urbano, ao se entender o urbanismo como uma ação pública, e de ordem econômica, ao ver o urbanismo e o planejamento como uma das políticas de bem-estar social para a redistribuição de renda e redução das desigualdades.

Os ativismos e suas organizações (associações e federações) criaram espaços de discussão que ajudaram, sem dúvida, a alargar os horizontes de participação política e socialização de inúmeras pessoas, contribuindo para a conquista e o exercício da cidadania no interior da sociedade. Nesse sentido, possuem uma dimensão político-pedagógica extremamente importante, e quem a participação ajuda a ampliar a consciência das pessoas em relação a seus direitos como cidadãos e, em especial, ao seu direito à cidade. O ativismo de bairro foi, para muita gente uma “escola de cidadania e participação política”, do mesmo modo que acontece atualmente, em várias cidades, com o orçamento participativo (SOUZA; RODRIGUES, 2004:93).

Para essa participação nos processos decisórios da cidade a organização política é imprescindível; e essa organização, bem como possibilidades de interação, conexão, discussão ocorrem quando se têm espaços que os suscitem, inclusive os espaços físicos.

Essa dimensão político-pedagógica dos ativismos e organizações de que os autores falam possui reverberação em outras áreas do conhecimento, como a Educação, que, atualmente, trata a cidade, o espaço urbano como lócus de aprendizado por meio de experiências em rede, dentro da transversalidade necessária entre as instituições e relações sociais e o Estado, pensando a educação em plena consonância com a vida das pessoas e a sociedade. Trata-se do conceito de **cidade educadora**.

Segundo Marina Subirats² (2004), trata-se de um grande esforço para construir o saber, o acesso ao saber e ao conhecimento, a fim de evitar a marginalidade e aproveitar todos os recursos disponíveis, tendo a cidade imaginação e inovação para se transformar em educadora; afinal, nem tudo passa pela escola e pela universidade. A vida coletiva, a organização da cidadania, a compreensão dos mecanismos sociais, políticos, econômicos, urbanos são fontes de conhecimento e de aprendizagem.

Aproveitar todos os recursos disponíveis remete a considerar os equipamentos sociais como possibilidades de espaços de aprendizado, lócus de interação, inclusão e conseqüentemente permitirem a participação social da população nas tomadas de decisões, tornando-os territórios de cidadania, para usar as palavras de Dirce Koga (2003).

Portanto, dentro do universo desse trabalho, investiga-se a relação dos equipamentos sociais nos processos de reivindicação e ativismo social na poligonal 1 de Vitória.

² Presidente delegada da Associação Internacional de Cidades Educadoras.

Os equipamentos sociais no Território do Bem

A fim de expor a relação entre os equipamentos e os processos de mobilização e ativismos no Território do Bem, foi realizado um mapeamento na poligonal (figura 2), onde se observa um número acentuado de equipamentos socioculturais mantidos pela Prefeitura Municipal de Vitória, como: programas sociais assistenciais para as crianças e suas famílias (CAJUNS, CRAS), Odomodê (centro de cultura afro), escolas, centros de educação infantil, telecentros. A figura 3 mostra o mapeamento de instituições não-governamentais, como: Projeto Sarça (instituição filantrópica pertencente à Igreja Presbiteriana), Instituto João XXIII, SECRI (instituição filantrópica pertencente à Igreja Católica – Paróquia Santa Rita de Cássia), além das Missionárias da Caridade, Casa Social Bethel (ligada à Igreja Assembléia de Deus), Ateliê de Idéias. A figura 4 mostra os parques e praças existentes na região e o que ainda está por vir. Mas a pergunta é: será que esses equipamentos são suficientes para se prestarem ao lazer e à espacialização das reivindicações coletivas?

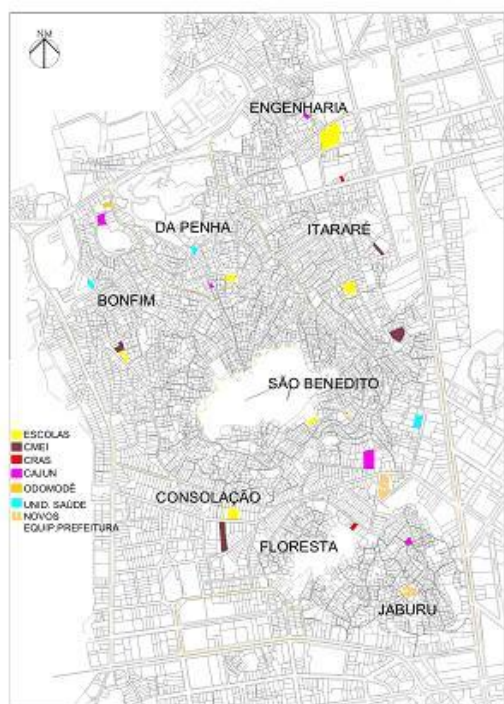


Figura 2: Equipamentos socioculturais da Prefeitura.

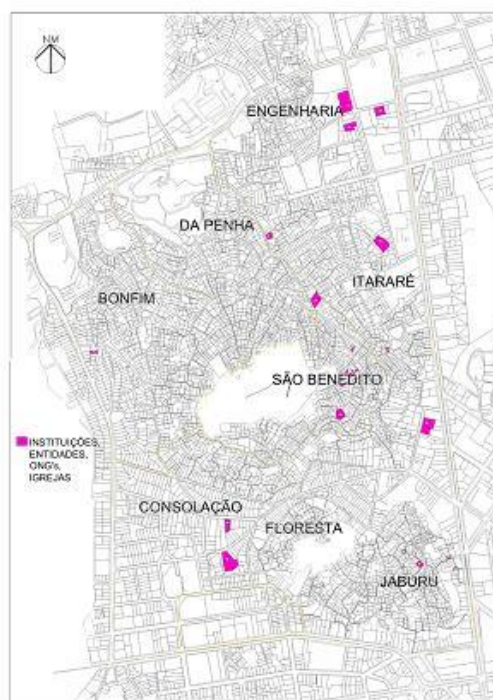


Figura 3: Instituições, Entidades, ONG's, Igrejas relevantes presentes no Território do Bem.

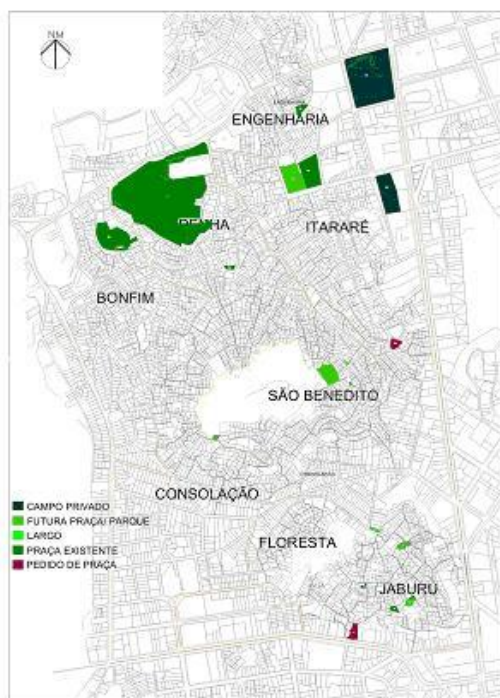


Figura 4: Áreas de lazer, parques, praças no Território do Bem.

Respondendo parcialmente essa questão, uma pesquisa realizada no final de 2007 e início de 2008 com os moradores da Poligonal 1, por meio de aliança entre o Ateliê de Idéias e o Fórum Bem Maior (BISCOTTO, MOREIRA, 2008) mostra que na avaliação dos serviços básicos oferecidos, o lazer é avaliado como péssimo e ruim, assegurando 71% da avaliação. Somente 20% dos entrevistados o consideraram ótimo e bom, e 9% não souberam responder.

Além disso, dentre as atividades socioculturais e de lazer mais utilizadas pelos entrevistados e seus familiares encontram-se: festa na Igreja (68,2%), praia (37,2%), parque/ Horto (24,2%), futebol no bairro (16,3%), bares e botequins (10,5%), bailes na comunidade (8,9%), cinema (7,5%), teatro (3,8%), nenhuma (3,1%), outro (5,4%). Observa-se, portanto, uma polarização nas festividades de Igrejas como opções socioculturais e de lazer na comunidade, além do agravante de 71% dos moradores considerarem o lazer na poligonal como péssimo e ruim, quando existem atividades socioculturais, por exemplo, nos CAJUNS, Instituto João XIII, Projeto Sarça, SECRI (para crianças e adolescentes) e CRAS (para adultos e idosos).

Voltando ao mapeamento dos equipamentos socioculturais, observa-se que há uma maior concentração desses equipamentos nas comunidades de Consolação, São Benedito, Bairro da Penha e Itararé. Atualmente, essa espacialização dos equipamentos e seu consequente uso para reivindicações coletivas encontram obstáculos referentes àquilo que Marcelo Lopes de Souza e Glauco Bruce Rodrigues (2004) consideram como entraves à participação das comunidades em

torno do comum: as divergências entre determinados grupos de diferentes comunidades e o tráfico de drogas. Os grupos de narcotráfico tornam-se presença hostil nas comunidades, criando um poder paralelo agressivo que ocupa um papel dividido na direção, dificultando o exercício da cidadania e a participação dentro de uma coletividade maior. Felizmente, o Fórum Bem Maior tem conseguido expandir esse processo, ainda que de forma lenta.

Além disso, a maior parte desses equipamentos destina-se a crianças de 07-17 anos, correspondendo a cerca de 21% dos entrevistados, sendo que 38,1% dos entrevistados encontram-se entre os 25 e 55 anos, quando já não há opções de lazer em quantidade e em dias e horários compatíveis com essa faixa etária, uma vez que os equipamentos socioculturais da Prefeitura (à exceção das escolas) funcionam de segunda à sexta-feira, no período diurno.

O que se coloca, portanto, é a funcionalidade dos equipamentos como canais de participação, espaços sociais, ou seja, espaços socialmente vividos, numa combinação de atividades sociais, mentais, físicas, um fluxo de fenômenos; e a sua ausência pode ser vista como um problema para a interação de pessoas, e conseqüentemente permitirem a inclusão e participação social da população.

Contudo, essa coesão entre processos ativistas, de mobilização, interação, inclusão, participação, aprendizado e os equipamentos propriamente deve ocorrer dentro do universo do espaço público, ou seja, dotado de acessibilidade e domínio públicos e de forma autônoma a fim de possibilitar o exercício da cidadania, da participação e da democracia.

Nesse sentido, a tutela e as aproximações excessivas com o Estado, se resultarem em cooptação ou desmobilização, podem causar certa domesticação desses processos, podendo, inclusive, atrofiar sua capacidade propositiva e um retrocesso político-pedagógico.

Dessa maneira, os equipamentos sociais que se configuram como espaços públicos, de domínio público servem como dispositivos, mecanismos de ação frente aos estímulos da nova ordem, processadores de situações e programadores de ações, mecanismos reativos, como afirma Gausa (2001), que facilitam a articulação de lógicas abstratas por meio de táticas necessárias à promoção da evolução local e de um engajamento social.

São neles que se observam articulações para as tomadas de decisões e exercícios de cidadania, democracia, liberdade, participação e inclusão. Exemplo disso são as reuniões do Fórum Bem Maior que acontecem em uma sala na Unidade de Saúde de Consolação, considerada território

neutro, diante dos entraves colocados pelo narcotráfico. Nesse sentido, é imprescindível que o planejamento urbano não se esqueça desses lugares em um momento em que é requerida a ação coletiva frente à cidade-mercado.

Os equipamentos sociais levam as pessoas a interagirem, a conectar e se conectarem, enfim, a aprender com/ por meio deles. Dessa forma, eles reordenam o território por meio das relações de participação e apropriação do conhecimento, conferindo novas configurações e significados.

Portanto, acredita-se que por meio do uso dos equipamentos sociais se prestando a tornar mais democrático o espaço público na cidade, existe a possibilidade de que as pessoas passem a ter uma nova consciência de seus direitos e formas de ação, e que dirijam essa consciência para uma maior participação no planejamento e na gestão da cidade, por meio de processos de ativismo social.

Marcelo Lopes de Souza (2008) diz que certa desprofissionalização do planejamento e da gestão, de forma que todos os cidadãos possam tomar parte, é um componente do caminho para um planejamento urbano crítico. Nesse ponto, a proposição dos equipamentos sociais como possibilidades e facilitadores de aprendizado, conexão, interação e inclusão tenta se enquadrar nessa perspectiva, em que se abrem maneiras de agir por meio de uma ação dialógica – no sentido que Paulo Freire (198) o utiliza – com aqueles que se beneficiarão da cidade.

Interessante mencionar Juan Carlos Tedesco (1995:116); para o autor, perante as mudanças ocorridas com os processos de globalização é necessário entender que o motor das transformações globais deve ser um “[...] conjunto mais amplo de técnicas, modos de organização e de instrumentos relacionais [...]”, sendo pertinente, portanto, entender esses equipamentos como parte dessa nova prática, associada aos movimentos e ativismos sociais.

Corroborando, Milton Santos, em entrevista a Carvalho, Leite e Seabra (2009:25), afirma que a função dos intelectuais é “[...] analisar de modo independente a realidade e oferecer publicamente nossa opinião, ao sugerirmos uma outra maneira de pensar [...]”, fazendo desse trabalho uma reflexão para mudar o modo de se pensar e de se planejar a cidade.

Um novo processo

Conforme exposto por Bernardo Secchi (2003), a nova articulação da sociedade e a autonomia dos sujeitos verificada desde o século XX fez com que as áreas mais periféricas da cidade tenham tido os processos mais evidentes de progressiva democratização do espaço. Isso ocorre quando essa crescente autonomia encontra na afirmação da diversidade a melhor possibilidade de representar-se. Essa democratização amplia os horizontes para esse novo agir reclamado nesse estudo.

Nesse sentido, os equipamentos sociais não devem ser apenas um lugar de repetição burocrática, imposto pelo planejamento e incluso nos planos como uma simples demanda populacional ou para constar no Índice de Desenvolvimento Humano (uma das facetas do planejamento de resultados). Eles devem ser concebidos pelos cidadãos como um “[...] momento para la invención de nuevas prácticas o de nuevas formas de desarrollo” (SECCHI, 2003:100), dotadas das características do espaço público relativas ao domínio e à acessibilidade públicas, por meio da construção social do espaço e da espacialização das ações sociais.

Igualmente, ao funcionarem como integradores do território por meio de relações de participação e apropriação para distintas práticas, os equipamentos sociais contribuem para a democratização do espaço ao se converterem em uma:

[...] oportunidad para una revalorización de los valores de uso en la organización del espacio urbano, un tema que en una época en la que el mercado, representado bajo formas tan míticas como irreales y convertido em ‘figura’ dominante y metafísica influyente, parece reservado tan solo a los grupos con las rentas más elevadas (SECCHI, 2003:100).

Isso quer dizer que a crescente democratização do espaço não pode prescindir dos equipamentos no planejamento da cidade, embora essa democratização não dependa exclusivamente desse processo para ocorrer, mas seu intuito se insere na tentativa de reinventar “[...] os compromissos ativistas do modernismo [...]” (HOLSTON, 1996:244).

Conclusão

Diante do exposto até o momento, os planejadores, atentos a todas as demandas sociais, necessitam compreender e se comprometer também com formas sociais insurgentes, as quais quase sempre são heterogêneas e estão fora do estado, que nos termos de Holston (1996)

configuram a **cidadania insurgente**, encontrada em manifestações organizadas de base e em práticas cotidianas. As práticas insurgentes utilizam os espaços públicos e os equipamentos para se fazerem ouvir e se legitimarem perante o estado, que já possui, na maior parte das vezes, um projeto e uma política específicos.

Dessa maneira, as formas insurgentes da sociedade reivindicam sua participação nos exercícios de cidadania e de democracia por meio de ativismos sociais, conferindo a condição de membros do estado, situação que devido à dinâmica advinda da globalização e das ambições nacionais, nunca teve caráter estático.

E nesse sentido, Souza (2008) lembra que é papel do cientista social, dentre eles os urbanistas e arquitetos, esclarecer a todos quanto a certos argumentos referentes à escolha e ao uso de determinados meios para se chegar à mudança social.

No que concerne ao Território do Bem, o mapeamento mostram que a presença de equipamentos sociais atende sobremaneira às crianças, o que permite dizer que podem prepará-las para processos futuros de reivindicação, ao estimular a interação, a conexão, a troca de experiências, o aprendizado.

Por outro lado, em relação aos adultos, observa-se a procura de equipamentos que tentem suprir essa demanda, como unidades de saúde, escolas, igrejas, a residência de alguma pessoa mais articulada, como forma de buscar alternativas para a solução de seus problemas e participação nas decisões sobre a cidade.

Perante essa discussão, verifica-se que a presença dos equipamentos socioculturais no planejamento urbano representa um dos meios de mudança, ao atuarem como local para a realização de reivindicações e outras atividades, como objetos de aprendizagem direta e indiretamente, sendo, portanto, necessários à cidade.

Referências

BISCOTTO, Denise Barbieri; MOREIRA, João Vicente Pedrosa. **Plano bem maior do Território do Bem**. Vitória: [s.n.], 2008.

CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

FONT, Antonio. Planeamiento urbanístico: de a controvérsia a la renovación. In: _____ . **Planeamiento urbanístico: de la controversia a la renovación.** Barcelona: Diputació Barcelona, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GAUSA, Manuel et al. **Diccionario Metapolis Arquitectura Avanzada: ciudad y tecnología en la sociedad de la información.** Barcelona: Actar, 2001.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p.243-253, 1996.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2003.

PORTAS, Nuno. **Ciudad contemporánea y gobernabilidad.** In: FONT, Antonio. **Planeamiento urbanístico: de la controversia a la renovación.** Barcelona: Diputació Barcelona, 2003.

PROEZA, Samira. Localização dos bairros da Poligonal 1 no município de Vitória. In: VILAS NOVAS; Bruno B. et al. **Produção de moradia, Vitória e Cariacica – ES.** [S.l.: s.n., 2010].

SECCHI, Bernardo. **La ciudad contemporánea y su proyecto.** In: FONT, Antonio. **Planeamiento urbanístico: de la controversia a la renovación.** Barcelona: Diputació Barcelona, 2003.

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: UNESP, 2004 (Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo).

SUBIRATS, Marina. Apresentação. In: TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza Rodrigues; CONZANTTI, Marli (Orgs.). **Cidade educadora: a experiência de Porto Alegre.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras America Latina, 2004 (Coleção cidades educadoras).

TEDESCO, Juan C. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna.** São Paulo: Ática, 1995.